

Aposentar-se de que? Percepções de trabalhadores próximos da aposentadoria

*Retire of what? Perceptions of
workers nearing retirement*

Debora Berger Schmidt, Claudia R. Magnabosco-Martins

Resumo

Buscando entender as percepções que trabalhadores próximos do aposentar-se tinham a respeito deste momento, foram entrevistados três trabalhadores de 51 a 54 anos, funcionários operacionais de uma empresa que beneficia produtos de madeira em uma cidade do interior do Paraná. A subjetivação de aposentadoria variou de acordo com as vivências desses sujeitos, a relação com o trabalho e o lazer, idade, condições de saúde, e, sobretudo, pela situação econômica dos entrevistados, que consideram a aposentadoria muito mais sobre o prisma do benefício financeiro do que um sinônimo de etapa de vida. Os resultados evidenciam a necessidade de programas para o pré-aposentado, evitando que a aposentadoria seja compreendida a partir da inutilidade e ociosidade, e os instrumentalizando a construir uma nova alternativa de se encarar a velhice e a aposentadoria, não como o término da vida, mas como um momento a ser aproveitado.

Palavras-chave

Aposentadoria; envelhecimento; trabalho.

Abstract

Searching to understand what workers close to retirement perceptions the process of retirement, three workers 51 to 54 years old were interviewed. The subjects work for a company that benefits timber products in the state of Paraná, Brazil. Their assessment of the retirement process varied according to their individual life experience, their relationship with their jobs, leisure time, age, health and especially the economic situation of respondents, who consider retirement a financial benefit over the beginning of a new stage of their lives, denying the relationship between retirement and eldership. The results show the need for a program for pre-retirement workers, changing their perspective that retirement is a synonym for uselessness and idleness to an alternative view that retirement and eldership is another stage of life to be enjoyed and not simply the end of life.

Keywords

Retirement; aging; work.

Debora Berger Schmidt

**Universidade Estadual do
Centro Oeste – UNICENTRO**

Psicóloga, graduada pela
Universidade Estadual do Centro
Oeste - UNICENTRO em 2010.

debergers@gmail.com

Claudia Regina Magnabosco-Martins

**Universidade Estadual do
Centro Oeste – UNICENTRO**

Psicóloga, Mestre em Psicologia
pela UFSC, Doutoranda em Saúde
Coletiva pela UNIFESP, Docente
do Departamento de Psicologia
da Universidade Estadual do
Centro-Oeste, Irati - PR.

claudiamagnabosco@gmail.com

Introdução

O envelhecimento populacional brasileiro constitui um novo cenário no país que instiga diferentes ciências a buscar o favorecimento de serviços e facilidades tendo em vista melhores situações e qualidade de vida aos idosos (BRASIL, 2003; IBGE, 2008). Trata-se de um desafio, especialmente porque a sociedade atual está pautada em valores relacionados com a competitividade, a capacidade para o trabalho, e a independência, valores estes que nem sempre podem ser acompanhados pelos idosos (MAGNABOSCO-MARTINS; BIASUS; CAMARGO, 2009). Em outras palavras, pode-se pensar que embora o avanço científico-tecnológico tenha propiciado a possibilidade generalizada do aumento da expectativa de vida, deve-se ressaltar que as condições que conduziriam ao alcance de qualidade de vida no Brasil não são disponibilizadas com equanimidade a todos os idosos, que ao mesmo tempo, muitas vezes encontram-se limitados para desempenhar sua capacidade de produção e de trabalho que lhes garantiria acesso a parte dos bens e serviços de que necessitam, algo que precisa ser mais amplamente discutido e equacionado via políticas públicas de atenção a esse público (MAGNABOSCO-MARTINS; BIASUS; CAMARGO, 2009).

Segundo Neri (1995), no Brasil é comum que as pessoas compartilhem concepções a respeito da velhice de modo a equipará-la com uma doença, como um momento de perdas, cuja responsabilidade cabe somente ao indivíduo que envelhece. A autora ressalta ainda que o próprio início da Gerontologia e da Geriatria no país (ciências que tem como objeto de estudo a velhice e o processo de envelhecimento) acabou por legitimar tal discriminação, já que primavam pela defesa de uma imagem de idoso que se assemelhava bastante com um jovem, de caráter dinâmico, saudável, ativo, feliz e sempre com o “frescor da juventude”, reafirmando que envelhecer referia-se a um processo de decadência que precisaria ser evitado. Tal discriminação ainda hoje parece consolidada socialmente, sendo estendida ao mundo de trabalho, afinal é comum nos depararmos com situações em que se compreende que o envelhecimento dos trabalhadores torna-os obsoletos e biológica e intelectualmente incapazes de acompanhar as mudanças tecnológicas, educacionais e econômicas que compõem o mundo do trabalho (NERI, 2002).

Entretanto, Neri (2002) e Fontes (2006) ressaltam que muitas pesquisas vêm desconstruindo essas crenças, evidenciando que trabalhadores mais envelhecidos são eficientes em atividades que requerem habilidades como persistência, precisão, experiência, tolerância, capacidade de solução de problemas, pontualidade, assiduidade e cuidado. A autora pontua ainda que nas últimas décadas novas teorias venham se consolidando no estudo do processo de envelhecimento com um olhar diferenciado da velhice. O envelhecimento passou a ser compreendido como um processo pertencente ao curso da vida, em que a dimensão histórica e social e a biografia individual devem ser consideradas com relevância (NERI, 1995). Assim como em outros momentos das etapas da vida, a velhice é marcada tanto por mudanças, transformações, fracassos, como por alegrias e conquistas. O processo de envelhecimento, desta forma, não está naturalizado ao longo do curso de vida, ele é, segundo a autora, construído de acordo com um processo contínuo de subjetivação e dependente do seu contexto sociocultural. As classificações e identificações de velhice variam conforme o contexto em que se está inserido, por isso os valores e os estereótipos relacionados ao idoso são bastante relativos e associados com a história e a época em que são vivenciados. Ou seja, independente das variações biológicas (que não podem ser desconsideradas), a velhice não deixa de ser uma construção social (PERES, 2007).

Tanto o desenvolvimento quanto o envelhecimento humano são entendidos segundo a teoria do curso de vida ou *life span* como processos multidirecionais que se dão ao longo do curso de vida do indivíduo. Ou seja, ambos não se caracterizam isoladamente por declínio e/ou crescimento, pois em um determinado momento as mudanças implicadas podem assumir múltiplas direções, exigindo assim do indivíduo uma constante capacidade adaptativa às mudanças do corpo, da mente e do ambiente. A velhice, portanto, é parte e resultado desse processo que abrange perdas e ganhos, sendo caracterizado por momentos tanto de declínio como de crescimento, afetados pelas condições histórico-culturais do contexto em que indivíduo e grupo etário se encontram (BALTES; SILVERBERG, 1995; FREIRE, 2000; HECKHAUSEN; SCHULZ, 1995; NERI, 1995; MAGNABOSCO-MARTINS; CAMARGO; BIASUS, 2009). De fato, há uma série de limitações sociais, físicas ou intelectuais inerentes ao envelhecimento, que não podem ser ignoradas, mas sim entendidas e administradas.

Diante do que foi exposto, determinar a idade em que se pode considerar uma pessoa idosa é bastante relativo, entretanto a Lei número 8.842, de quatro de janeiro de 1994, mais conhecida como *Lei do Idoso*, e o Estatuto do Idoso (2003) definem a pessoa idosa no Brasil como aquela com 60 anos ou mais. Mascaro (2004) aponta que é em torno dessa idade que transformações biológicas se desencadeiam e trazem características próprias dessa etapa da vida, assim como, é também nesse momento em que ocorre o desligamento com alguns papéis tradicionais da vida adulta, tal como o desengajamento do mundo do trabalho (MASCARO, 2004), mostrando que a velhice está socialmente relacionada com o benefício. Diante disso, é possível perceber que embora não se possa fazer uma relação linear entre aposentadoria e velhice, pois diversas pessoas se aposentam antes dos 60 anos, essa relação existe e, inclusive, é utilizada como um dos critérios que definem essa etapa da vida.

A aposentadoria é um direito estabelecido por lei de modo a garantir o amparo do trabalhador; uma forma de subsidiar ao idoso seus direitos sociais, sua autonomia e integrá-lo na sociedade (MENDES; GUSMÃO; FARO; LEITE, 2005). Enquanto benefício, ela se refere a pagamentos mensais vitalícios, sendo garantida não somente ao idoso, mas a todo contribuinte que se encontra nas seguintes condições definidas pela Constituição de 1988: aquele que possui tempo de contribuição específico, idade específica, invalidez permanente ou trabalho exercido sob condições que oferecem risco ou prejudiquem a sua integridade física e sua saúde. Sobre o critério de idade, exige-se que o trabalhador do sexo masculino tenha 65 anos de idade e do sexo feminino 60 anos, enquanto o critério por tempo de contribuição compreende que o trabalhador homem deve ter contribuído 35 anos e a mulher 30 anos, para se ter acesso a aposentadoria. Esses dois requisitos ainda podem ser combinados, sendo possível que o trabalhador requeira aposentadorias proporcionais. Desse modo, os trabalhadores do sexo masculino podem requerer a sua aposentadoria aos 53 anos de idade e depois de 30 anos de contribuição, e a trabalhadora mulher aos 48 anos de idade depois de 25 de contribuição (BRASIL, 1991).

O Ministério da Previdência Social (2007) calcula que somente no ano de 2007 foram concedidas 765.769 aposentadorias sobre os critérios de tempo de contribuição e idade. Esse valor no ano de 1980 foi, segundo o Ministério da Previdência Social (2007), de 257.889. A quase triplicação do número de benefícios concebidos em um prazo de quase três décadas denuncia que a aposentadoria passou a fazer parte da vida de uma parcela cada vez maior da população brasileira. Os números justificam a preocupação de pesquisadores de diversas áreas no estudo desses sujeitos que enfrentam diversos desafios ao aposentar-se: se afastam do mundo do

trabalho, rompem e, ao mesmo tempo, constroem novas oportunidades de relações pessoais, assim como tem maior tempo livre e oportunidades de repensar as suas perspectivas de vida.

Embora a aposentadoria venha com o objetivo de ofertar melhores condições ao sujeito envelhecido, Peixoto (2004) aponta que hoje ela é considerada como uma inatividade remunerada fiada pelo Estado, uma vez que significa uma compensação a perda da capacidade para o trabalho devido às decadências implicadas na velhice, pois ela é entendida como um meio de amparar o velho e/ou aqueles que não têm condições de trabalho, legitimando a associação do idoso com a invalidez. Conforme colocado por Stucchi (1998, p. 42), “a aposentadoria, de um direito trabalhista, foi transformada em uma violência contra o trabalhador”, no sentido de representar uma forma das empresas e organizações se isentarem de um trabalhador obsoleto.

Mesmo existindo críticas à aposentadoria disposta aos idosos, estes nem sempre as compreendem de forma negativa. Graeff (2002), em seu estudo acerca das representações sociais da aposentadoria, observa que ela é compreendida por uma parcela dos trabalhadores como uma recompensa em forma de descanso e remuneração dos anos da vida que foram dedicados ao trabalho. Para tanto, os sujeitos pesquisados mostraram-se injustiçados não pelo fato de receber o benefício (considerando que se trata de um amparo a sua invalidez), mas ao relatar que os valores deles são inferiores ao valor salarial com o qual se aposentaram e nem sempre são suficientes para lhes permitirem qualidade de vida, bem como ao mostrarem-se insatisfeitos com o sistema de Previdência Social do Brasil.

Embora signifique um momento de redefinição da vida do sujeito, e por isso não possa se reduzir a aposentadoria a perdas, é inevitável considerar os rompimentos a que remete, especialmente do trabalho, que é tanto valorizado em nossa sociedade. Conforme apontam Bastos e Zanelli (2004), a compreensão do ser humano contemporâneo, na sua totalidade, depende necessariamente da compreensão da sua inserção no mundo do trabalho e das relações que são consequências desta, afinal o trabalho assume lugar fundamental na construção de sua identidade e da sua vida. Desse modo, com o afastamento do trabalho, somam-se às perdas físicas e psicossociais, à diminuição de renda, já que comumente o valor da aposentadoria não se equipara com o do antigo salário.

Neri (1993, p. 10) ressalta que essas perdas de papéis ocupacionais podem ocasionar para idosos diferentes graus de ansiedade dependendo “da história pessoal, da disponibilidade de suporte afetivo, no nível social e dos valores de cada um”. O aposentado diante dessas mudanças deverá reconstruir sua identidade pessoal através da interiorização de novos papéis e da busca de novos objetivos de vida, num processo de redefinição de sua vida. Ou seja, o tempo livre que a aposentadoria oferece pode ser vivido não somente como um tempo “vazio”, mas ser aproveitado para enriquecimento pessoal (SANTOS, 1990).

Deve-se ressaltar então, que a aposentadoria, assim como os demais momentos da vida, é permeada tanto por ganhos como por perdas. Ao se aposentar, geralmente as pessoas também tem mais tempo livre para investir em projetos de vida, o que significa uma nova alternativa de se encarar a velhice e a aposentadoria não como o término da vida, mas como uma nova forma de aproveitá-la. Deste modo, Santos (1990) assinala que a aposentadoria pode ser vivenciada de maneiras diferentes porque cada sujeito investe no seu trabalho diferentemente, de acordo com suas necessidades e motivações, afinal segundo Bastos e Zanelli (2004) cada indivíduo formula o seu próprio conceito de trabalho, dando a ele significados individuais e diferentes. Battini, Maciel e Finato (2006) apontam que diante das transformações ocorridas no processo de aposentadoria, resta ao indivíduo à opção de isolamento pessoal ou a de busca de novos

papéis. Dessa forma, é fundamental que a pessoa apresente certa capacidade de ajustamento às mudanças ocorridas, o que segundo Magnabosco-Martins, Camargo e Biasus (2009) e Neri (2002), depende da sua capacidade de garantir um equilíbrio entre as limitações, as imposições biológicas, os rompimentos (referentes ao trabalho), e as suas potencialidades e capacidades.

As diferentes formas de subjetivação desse momento pelo qual os trabalhadores passam também variam de acordo com uma série de experiências que o sujeito viveu no decorrer de sua vida produtiva, sua relação com o trabalho, com sua família, amigos e com os seus momentos de lazer (SANTOS, 1990). Peixoto (2004) ressalta ainda que as diferenças de classes sociais também influenciam no processo de aposentar-se, afinal a opção de não se afastar do trabalho é bastante comum entre os aposentados. A isso a autora atribui dois motivos: o intuito do sujeito de manter seu padrão de vida (material, financeiro, etc.) e/ou devido à centralidade que o trabalho possui em sua vida.

Estudos mostram que apenas 58% da população brasileira em idade de aposentadoria desfrutam do benefício (PEIXOTO, 2004). Segundo o Instituto brasileiro de geografia e estatística (2006), 20% da população brasileira de 60 anos ou mais estão inseridos no mercado de trabalho e ainda contribuindo à Previdência Social. Esses dados denunciam um sistema de previdência social precário e incapaz de atender decentemente e de forma justa os aposentados (FERREIRA, 2003).

Esses dados evidenciam que a ideia recorrente do idoso como dependente ou como um “peso social” é um mito (FONTES, 2006). Em 2002 o IBGE revelou que, cada vez mais, os idosos vêm assumindo a posição de provedores e chefes de família, de 60,4% em 1991 para 62,4% em 2000.

Diante desses dados, parece que o sistema previdenciário não atende mais ao seu primeiro objetivo, o de dispor ao trabalhador no momento de se aposentar um padrão de vida próximo àquele durante o período que exercia sua atividade. Assim a realidade de mais de um terço das pessoas aposentadas é de voltar a trabalhar com fins de subsistência, uma vez que o benefício recebido não a garante. Dessa maneira, os aposentados pertencentes a classes mais populares são obrigados a voltar ao mundo de trabalho, afinal suas aposentadorias são concebidas como um complemento salarial, mesmo que pequeno (PEIXOTO, 2004).

Considerando o sistema capitalista dentro do qual estamos inseridos e organizamos as nossas vidas, percebe-se que embora o aposentado seja compreendido como improdutivo no trabalho isso não vale no que se refere ao seu papel de público consumidor. A conquista de tempo livre tem valido a pena para aqueles que têm condições de manter um mercado formulado exclusivamente ao público idoso. Trata-se de programas de turismo, oficinas de lazer, livros e acessórios que servem como opção de investimento do dinheiro ofertado àqueles mais abastados. É nesse sentido que Amarilho e Carlos (2005, p. 63) apresentam que a forma do aposentado se relacionar com a sua nova condição depende da posição social que ele ocupa:

As práticas sociais de homens velhos, pertencentes a uma classe social privilegiada são diferentes das de homens velhos de classe menos favorecida. As categorias profissionais que integram os primeiros, como profissionais liberais, empresários, políticos, em geral não se aposentam. No segundo caso identifica-se que os sujeitos também continuam trabalhando, fazendo “bicos”, para manter o mesmo nível sócio-econômico e/ou para complementar as despesas com os familiares.

Dessa forma, a partir de uma pesquisa realizada pelos autores, a perspectiva de aposentadoria para executivo-empresários não é sentida com grande impacto na vida do trabalhador, isso porque ela não sinaliza a ruptura com o trabalho, papel central em suas vidas. Nota-se que eles apresentam a necessidade de se sentirem inseridos no mundo do trabalho mesmo quando atingirem a velhice. Identificam assim que em qualquer idade é possível haver realização e manter o caráter ativo na vida (AMARILHO; CARLOS, 2005). Diferentemente dessa classe trabalhadora, funcionários de classes mais baixas, cujos salários e benefícios são menores, podem estabelecer uma posição diferente em relação à aposentadoria. Nesse sentido, Mori (2006) conta em sua pesquisa com participantes aposentados de atividades que necessitam de pouca ou nenhuma qualificação, que a aposentadoria e o afastamento do trabalho se relacionam diretamente com a queda de rendimentos financeiros, afinal o valor da aposentadoria geralmente é inferior do que na vida ativa.

Considerando o que foi exposto sobre o envelhecimento populacional no Brasil, entende-se que o campo de atuação da Psicologia vem se ampliando. A presente pesquisa contribui para orientar o atendimento de idosos e adultos de meia-idade, especialmente no momento de aposentar-se, de modo a favorecer, valorizar e aproveitar suas competências. Neri (2004) ressalta que a Psicologia tem subsídios para atender esse público nas suas mais diversas áreas de atuação (que vão desde a clínica, hospitalar, comunitária, asilar, organizacional, etc.), desde que ela dialogue constantemente com a pesquisa e com a construção de conhecimento. Então, o presente estudo busca compreender as concepções atribuídas à aposentadoria, e conseqüentemente à velhice, por diferentes trabalhadores que se encontram na fase de pré-aposentadoria a partir do entendimento da relação que esses sujeitos construíram ao longo dos seus anos de atividade com o trabalho, com o lazer e também das expectativas referentes à (sua) própria aposentadoria.

Metodologia

Para alcançar os objetivos do presente trabalho, elegemos a metodologia qualitativa de pesquisa, já que ela se refere a uma forma de conceber o conhecimento como uma produção que é construída (REY, 2005). Por se configurar como um meio para se conhecer a fundo a vivência dos sujeitos participantes, compreendemos que essa maneira de produzir conhecimento permite conhecer as representações e expectativas em relação à aposentadoria e à significação que esse fenômeno ganha para as pessoas que o vivenciam. Diante disso, optamos por utilizar instrumentos abertos, que facilitam a expressão dos sujeitos, permitindo assim que conheçamos as ideias e informações expressas pelos participantes da pesquisa (REY, 2005).

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que permitiram que os entrevistados discorressem espontaneamente sobre suas percepções a partir de um foco principal proposto pelos pesquisadores. As entrevistas foram compostas primeiramente por perguntas mais pontuais que buscaram o levantamento do perfil sócio-demográfico do participante (estado civil, idade, escolaridade, etc.), e em seguida elas tiveram o intuito de investigar o que o entrevistado planeja fazer quando se aposentar, quais dificuldades e facilidades pensa em encontrar, que tipo de atividades pretende se dedicar, como compreende que se estruturará o orçamento familiar depois de se aposentar, o sentido que o trabalho assume na sua vida, a idade ideal que eles consideram para se aposentar e o que sentem quando pensam na sua aposentadoria.

A pesquisa teve início somente depois da aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa da Unicentro¹, especificamente no segundo semestre de 2009, como parte da disciplina Prática de Pesquisa em Psicologia II, no 4º ano de Psicologia, cursado pela primeira autora. As entrevistas realizadas foram transcritas literalmente e analisadas a partir da técnica de enunciação de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), utilizando-se o destaque de palavras e expressões ao longo dos relatos dos sujeitos sobre a temática proposta pelo entrevistador, possibilitando o conhecimento de seus sentidos.

Os três participantes que viabilizaram a pesquisa são do sexo masculino, chefes de família e estão próximos de se aposentarem. Eles são trabalhadores operacionais de uma empresa que beneficia madeira para venda, em uma cidade no interior do Paraná e, embora os três já tivessem experiência em trabalhos anteriores, somente um deles foi registrado em outra organização. A tabela abaixo ilustra os dados sócio-demográficos dos entrevistados:

Dados	Sujeito A.	Sujeito S.	Sujeito J.
Idade	51	52	54
Escolaridade	1º grau completo	1º grau completo	1º grau completo
Estado Civil	Casado	Casado	Casado
Filhos	02	00	04
Nº pessoas residem com ele	04	02	04
Renda em salários mínimos	01 e ½	01	01 e ½
Moradia	Própria	Própria	Própria
Função	Serviço geral	Serviço geral	Motorista
Tempo na organização	34 anos	14 anos	14 anos
Principal provedor	Sim	Sim	Sim
Trabalhos extras	Pedreiro	Corta grama	Não

Tabela 1: Caracterização sócio-demográfica dos entrevistados

Ao longo deste artigo os sujeitos entrevistados serão referidos pela letra inicial do seu primeiro nome como uma forma de manter o seu anonimato.

Resultados e discussões

Considerando que o aposentar-se representa um momento peculiar da vida do trabalhador, as perguntas ocorreram no sentido de buscar entender como os trabalhadores vinham construindo essa relação com a aposentadoria que se aproxima, para as quais as respostas apresentadas foram bastante diretas e sucintas. Dessa forma, quando instigado a discorrer sobre o que pensa sobre ela, o sujeito A. parece satisfeito com o que já trabalhou, e relata que tem a sensação de que cumpriu o seu dever, relacionando a sua concepção da aposentadoria como uma recompensa pelos anos de trabalho, corroborando com as pesquisas de Santos (1990), Graeff (2002) e Mori (2006), que citam a possibilidade da aposentadoria ser compreendida como um momento de júbilo.

1

Sob o protocolo de número 0145.0.300.000-08. Toda a coleta de dados ocorreu com a aquiescência da empresa e dos entrevistados, que tomaram conhecimento e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado de acordo com a Resolução do CNS 196/96, contendo todas as informações relacionadas aos cuidados éticos na pesquisa com seres humanos.

Já na fala de S. é possível notar uma conotação de preocupação, especialmente financeira, de como será se aposentar. Corroborando com Santos (1990) ele parte das vivências da sua própria história de vida e da velhice de seus pais para compreender a aposentadoria:

Que é pouco ganho, e eu gasto muito com os remédios né. E quem é aposentado gasta muito com remédio, vai tudo em remédio. É porque meu pai e a minha mãe, os dois são aposentados, o dinheiro que eles ganham, voa né (Sujeito S.).

A fala de S. parece estar permeada então por um sentimento de desesperança, já que o sujeito pouco consegue perceber possíveis melhorias que a aposentadoria poderia representar. É interessante perceber que a associação de S. da aposentadoria com perdas econômicas, se ajusta com as representações socialmente compartilhadas no que tange à percepção de vivência da velhice, conforme citado acima, de que se trata de um momento de vida permeado pela decadência.

Diferentemente, J. vincula seus sentimentos e pensamentos acerca da aposentadoria como um direito e também com uma possibilidade de trabalhar de maneira diferente. Confuso entre continuar trabalhando como empregado ou como autônomo, J. considera que, uma vez aposentado, o ideal é liberar uma vaga no mercado de trabalho para outra pessoa mais jovem, devendo então, se dedicar em um negócio próprio. A afirmação do entrevistado remete a própria lógica do sistema previdenciário brasileiro em que prevalece o princípio da solidariedade entre as gerações: a geração atual de contribuintes paga a aposentadoria dos atuais inativos (SILVA; SCHWARZER, 2002). Pode-se dizer que essa ideia está permeada por uma concepção discriminatória da velhice no trabalho, a do trabalhador envelhecido como obsoleto e menos capaz de estar atento às rápidas transformações do mundo do trabalho (VELOZ; NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO, 1999).

Nas entrevistas parece claro certa resistência dos participantes ao demonstrarem seus sentimentos sobre o assunto e elaborar suas expectativas sobre a aposentadoria. Isso não pode deixar de ser discutido abrangendo as questões de gênero, já que a geração desses trabalhadores não incentivava a expressão e reflexão de seus sentimentos e de expectativas possivelmente angustiantes (CARDOSO, 2006). Embora a aposentadoria se vincule concomitantemente as ideias de inatividade e de júbilo pelos anos de trabalho, é a primeira que predomina em nossa sociedade, em que o sujeito é reconhecido pelo papel profissional que ele representa socialmente e pela posição e status que este adquire na sociedade (MORI, 2006). Por isso, a possibilidade de se afastar do trabalho parece representar um risco para os sujeitos entrevistados, que resistem em pensar e falar profundamente sobre o assunto.

Quando questionados sobre as mudanças que a aposentadoria implicaria em suas vidas, S. relatou que ela lhe traria pouca coisa, justificado pela pouca contribuição financeira que ela representa:

É, não vai mudar muita coisa né, porque dá pouco. Praticamente um salário né, daí, por isso que eu trabalho aqui, saio fazer algum biquinho, toda semana trabalho até sete e meia, quase oito horas da noite, pra puxar mais (Sujeito S.).

Da mesma maneira, J. concorda que a aposentadoria lhe trará pequenas contribuições, já que pretende, de alguma forma, continuar trabalhando. Entretanto também considera que ela representa a possibilidade de descanso e tranquilidade:

[...] que nem eu te falei, vai lidar por conta, com mais calma, tem mais direito, descansa, a hora que pode trabalhar vai trabalhar, a hora que não pode fica na casa. Que geralmente a aposentadoria no lazer que é, é pra pessoa descansar o tempo que trabalhou. Que geralmente a gente se aposenta com idade avançada, daí se você vê que a aposentadoria dá pra você viver, custear, se não você vai se afastar do serviço e lidar com outra coisinha, plantar uma verdura, lidar... vender alguma coisa, fazer algum tipo de... assim... um... comprar as coisas, verdura, roupa, só pra não ficar de verde né. Porque uma pessoa fica doente né, acostumada a trabalhar fica doente né (Sujeito J.).

A. relatou sobre algumas possíveis mudanças, como a melhora no orçamento que lhe garantiria mais segurança em relação à sua saúde. Embora trazendo algumas características específicas sobre o que cada entrevistado espera e compreende da aposentadoria, de forma geral, os três entrevistados dão a entender que o que não mudará com a aposentadoria será o seu engajamento em algum tipo de trabalho. Embora A. seja claro ao dizer que espera continuar trabalhando como empregado devido à segurança que tal condição lhe dá, é interessante notar que ele pensa em um trabalho de natureza diferente (em outra função, por exemplo). Já os demais entrevistados buscam um trabalho menos exigente: J. se refere a uma atividade com menos cobrança e flexibilidade, enquanto S. pensa em um trabalho que demande menos esforço e responsabilidade, em uma atividade autônoma. Tais dados corroboram com os resultados da pesquisa de Giatti e Barreto (2003) que, ao estudarem a inserção de idosos no mercado de trabalho, concluíram que eles ocupam predominantemente atividades informais e autônomas.

Na fala citada acima, J. refere-se à aposentadoria como lazer. Porém, corroborando com Peixoto (2004), ele cita que esse momento deve ser ocupado pelo trabalho por dois motivos: a centralidade que o trabalho ocupa em sua vida (já que ele foi equiparado com a saúde) e ainda pela condição financeira em que se encontra.

A questão financeira pode ser também a justificativa dos demais entrevistados pensarem em continuar trabalhando depois do aposentar-se. Afinal, não se pode desconsiderar que como chefes de famílias seja comum que a responsabilidade de provedor seja atribuída a esses homens, especialmente aos dois que possuem filhos e esposa que dependem financeiramente deles (vide tabela 1). O não-trabalho, por representar uma perda dessa função no lar, acaba por contribuir para essa necessidade de continuar trabalhando (CARDOSO, 2006).

Deve-se considerar também que a aposentadoria, atualmente, gera especulação no mercado de consumo. Com o aumento do público idoso, o capitalismo tem um novo alvo, embutindo nos idosos a necessidade de sempre ganhar mais e ter mais (AMARILHO; CARLOS, 2005). Tal contexto poderia também influenciar no descontentamento financeiro que a aposentadoria proporcionaria a esses trabalhadores, daí mais uma justificativa para a necessidade deles continuarem trabalhando (NASCIMENTO; RABELO, 2008).

A pesquisa de Amarilho e Carlos (2005) acerca da perspectiva de aposentadoria construída por executivo-empresendedores conclui que ela não é sentida com grande impacto na vida desses trabalhadores, isso porque ela não sinaliza a ruptura com o trabalho. Da mesma forma, observa-se que os trabalhadores entrevistados, mesmo trabalhando em setores operacionais com salários relativamente baixos, compartilham dessa concepção de aposentadoria, visto que não se referem a ela como um momento de passagem que faz parte da vida, mas sim como sinônimo de um benefício financeiro.

Além de considerar a classe socioeconômica como um fator relevante na construção de expectativas e concepções da aposentadoria, Peixoto (2004) também faz uma ressalva sobre o Sistema Previdenciário brasileiro, afirmando que a aposentadoria não cumpre com o seu objetivo de ofertar ao cidadão padrões próximos ao que ele tinha antes dele se aposentar, servindo mais como um complemento salarial. Isso justifica o fato de que muito deles são obrigados ao voltar ou continuar no trabalho:

Geralmente, que nem agora, a gente vai se aposentar, se der vai dar um pouquinho mais. Se não der vem um salário mínimo. E daí com salário mínimo não vive né. Se você tem uma luz, um telefone, uma prestaçõzinha, você vai tirar do salário mínimo? Não tira né? (...) Geralmente a gente vai ter que trabalhar, vai ter que mexer com alguma coisa pra ter que dar né (Sujeito J.).

Embora as condições de atendimento ao idoso sejam precárias e tenham suas limitações, Lopes (2003) ressalta que muitas vezes é a regularidade de aposentadoria que acaba sustentando uma família, de modo que, mesmo recebendo um valor irrisório, os idosos tendem a ser menos pobres que a população em geral devido à seguridade que a aposentadoria proporciona. Tal situação fica implícita na fala do sujeito S., que compreende que o orçamento da sua família vai melhorar depois da aposentadoria, já que ele e sua esposa se aposentarão juntos, representando assim uma renda maior que a atual.

A fala de A. revela também que a aposentadoria acaba sendo usada para compensar as falhas dos demais serviços de atendimento à população idosa, revelando que a precariedade da vivência da velhice não é de responsabilidade exclusiva da Previdência Social. Tal fato também vai contra a própria política Nacional do Idoso (BRASIL, 2003), que objetiva, sobretudo, assegurar os direitos sociais dessa parcela da população:

Bom, eu pretendo administrar minha aposentadoria e continuar trabalhando. Parar eu não vou. A gente não pára, não adianta (risos). Então fazer um pé de meia pra se acaso a gente precisar futuramente, que Deus nos livre né, ninguém ta escape disso né, então tem que se precaver né, porque esses planos de saúde aí são bom pra receber, mas na hora que o você precisa... então eu nem tenho plano de saúde. O sistema único de saúde funciona naquela base né, tem muitas coisas que eles não fazem né, daí a pessoa fica esperando por isso a acaba morrendo, né? (Sujeito A.).

Mori (2006) ressalta que o aposentado vê esgarçar-se o seu círculo de amizades construído com base nas suas relações de trabalho, bem como sente diminuída as suas obrigações à medida que os outros membros da família passam a substituí-lo. Entretanto nenhum desses apontamentos se evidenciou nessa pesquisa, em que os entrevistados ainda se sentem responsáveis pelo orçamento familiar. Da mesma forma, em nenhum momento os entrevistados se referiram à aposentadoria como um rompimento do seu círculo social, o que pode ser atribuído ao fato de serem todos trabalhadores cuja natureza de suas atividades está bastante vinculada a um desempenho mais individualizado, que demanda de pouca interação com os demais funcionários (como é o caso de J. que é motorista de trator). Deve-se ressaltar também que novamente essa discordância de dados deve ser pensada sobre o prisma das discussões de gênero e da geração desses trabalhadores, que estão pouco acostumados a pensarem sobre seus sentimentos de modo a não representar tamanha relevância nas informações das entrevistas (CARDOSO, 2006).

Considerando que as diferentes formas de subjetivar a aposentadoria dependem, dentre outros aspectos, da forma com que o sujeito se relaciona com os seus momentos de lazer, já que eles subsidiam uma preparação para o não-trabalho (SANTOS, 1990), buscamos o entendimento de como tais relações estão construídas para os entrevistados. Quando questionados sobre os momentos de lazer, os três sujeitos os definem como uma possibilidade de descanso e/ou de realizar trabalhos para se obter uma renda extra: “*Dou uma descansada quando tá folgado né. Que às vezes sai daqui e vô trabalhar depois da hora pra ter um ganho a mais*” (Sujeito S.). “[...] *o bico é só no sábado, o domingo eu já tiro mais pro lazer, pro descanso. Ninguém merece né, (risos)*” (Sujeito A.).

Somente o entrevistado A. citou que seus momentos de lazer, às vezes, também eram a oportunidade de praticar esporte. Tais considerações nos permitiram entender que, de forma geral, o lazer é compreendido pelos entrevistados como o trabalho não formal, de modo que esse tempo livre, somente quando não dedicado a trabalhos extras, se configura como uma oportunidade de descanso.

Considerando que os trabalhadores entrevistados ainda não eram aposentados, eles foram questionados sobre a idade que eles consideram ideal para aposentar-se. Foi interessante notar uma tendência dos sujeitos em particularizar sua resposta, referindo-se sempre a uma idade ideal para si, e não genérica:

Pois olha, se aposentar depois quando tiver morrendo não adianta né (risos). Mas eu... ó, por tudo que eu já trabalhei na vida eu acho que eu já ta na hora de me aposentar mesmo, no máximo até os 55 anos né (Sujeito A.).

A fala acima permite entender que o entrevistado considera a aposentadoria como algo que se deve ser aproveitada enquanto ainda houver condições para tal. Essa afirmação transpassa uma conotação de que a efetivação do benefício deve anteceder as vivências que frequentemente caracterizam a velhice, tal como o adoecimento. A concepção de velhice embutida na afirmação de A. é perpassada por representações da velhice como um momento de declínio, improdutividade e invalidez, que Neri (1995) e Peres (2007) afirmam serem predominantes em nossa sociedade. A fala parece também ir de encontro aos apontamentos de Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999) que citam que as representações da aposentadoria, para os homens, remetem a um acontecimento intermediário entre a vida e a morte, e por isso ela é tão negada, afrontamento esse que fica evidente no desejo de continuar trabalhando. Os autores ainda consideram que a representação social do envelhecimento como não-trabalho reflete a crença de que a aposentadoria significa o começo do desengajamento social, marcado, sobretudo, pelo desafio de se trocar papéis sociais e de estarem inseridos em uma sociedade que ainda tem uma imagem do idoso como uma pessoa muito vulnerável.

As falas dos entrevistados S. e J. revelam ainda que ambos têm ideia de que existe uma idade determinada por lei para se aposentar, e que esta envolve grande número de anos de trabalho, porém eles não a citam, denotando que lhes faltam clareza de seus direitos. Tal fato novamente vai contra ao próprio Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) que ressalta que essas informações devem estar presentes no cotidiano das pessoas e devem, inclusive, ser divulgadas por diferentes instituições.

Por que tem as pessoas como... de... de alta classe né, eles se aposentam mais cedo né. Nós empregado que demora mais um pouco. Que nem principalmente com deputado, vereador, senador e prefeito, eles ah, se

aposentam bem mais cedo. E nós... se não pegar os 55 e 35 de carteira... isso se aguentar né! (...) depois a gente pobre, tem mais tipo de problema né, porque a lei é pros de mais alta classe né (Sujeito J.).

Interessante ressaltar que, corroborando com Amarilho e Carlos (2005), na fala acima J. refere-se a idade ideal para se aposentar relacionando-a à diferença de classe como influência no acesso a aposentadoria e conquista do benefício. Da mesma forma, A. entende que:

O governo cria essas leis de 60, 65 anos, isso aí não é só pra gente né, porque tem gente que trabalha no serviço pesado, e quando chega nessa idade o cara não aguenta mais né. Daí vai aproveitar o que da aposentadoria? (Sujeito A.).

As falas citadas parecem questionar os critérios estabelecidos pelo governo, já que a desigualdade social é citada com uma conotação de injustiça. Da mesma forma é interessante ressaltar como a natureza do trabalho que os sujeitos exercem é considerado na hora de pensarem as suas aposentadorias, afinal o desgaste físico devido à soma dos anos de trabalho acaba comprometendo a sua saúde e, conseqüentemente, influenciam na forma com que a aposentadoria é subjetivada (NERI; DEBERT, 1999; GIATTI, 2003).

A fala dos entrevistados sobre aposentadoria, como já citado acima, esteve sempre mais pautada na sua compreensão enquanto benefício financeiro e não como uma fase da vida. Corroborando com os resultados da pesquisa de Coutrim (2006), percebe-se que embora os três entrevistados explicitem que o benefício é desejado, ao se referirem à aposentadoria, eles mantêm a identidade de trabalhadores e não a de aposentados, especialmente porque os seus relatos trazem conteúdos e afirmações em que eles se remetem a si mesmos como pessoas ainda capazes de produzir e jovens demais para se aposentarem, se afastarem do trabalho, refletirem sobre seus sentimentos e planejar mais concretamente a vivência de sua aposentadoria.

A investigação conduziu ao entendimento de que essa negação da aposentadoria enquanto afastamento do trabalho tenha se dado, para os participantes, sobretudo por dois motivos: o primeiro é devido ao fato desses trabalhadores relatarem terem idade inferior à de uma pessoa que considerariam “velha”, dificultando assim o entendimento de si enquanto sujeitos envelhecidos e da aposentadoria como direito vinculado ao ser idoso, admitindo-a então apenas como benefício pelo tempo de trabalho transcorrido. A segunda, que não pode deixar de ser citada, se refere à classe social dos sujeitos, e à dimensão financeira que o trabalho representa para esses provedores familiares. Sendo assim, parece que de modo geral as entrevistas vão ao encontro com as considerações de Neri e Debert (1999), que enfatizam que a classe social, a posição hierárquica que ocupam, as condições intelectuais que possuem e o estado biológico de degradação ou conservação em que os sujeitos se encontram, afetam diferentemente os trabalhadores no momento de aposentar-se.

Entretanto, deve-se ressaltar ainda que fica implícito na fala dos trabalhadores que, ao pretenderem continuar trabalhando, eles buscam mais do que um rendimento complementar a aposentadoria, mas também uma forma de obter prazer. Afinal, por intermédio do trabalho o sujeito constrói uma imagem que se opõe ao “vagabundo” e ao “malandro” e se aproxima da concepção de sujeito participante do processo produtivo e contribuinte para a sociedade, já que desempenha um papel perante a mesma e é reconhecido por isso (SANTOS, 1990). Ou seja, embora a dimensão financeira seja representativa nas decisões e expectativas do aposentar-se, não se pode excluir a relação, muitas vezes de satisfação e prazer, que esses trabalhadores construíram com o seu trabalho ao longo dos anos de dedicação.

Considerações finais

Os resultados indicam que a subjetivação da aposentadoria é profundamente influenciada pelas atividades que os sujeitos desempenham antes do aposentar-se, pelas suas condições sociais, sua relação com o trabalho, seus momentos de lazer, idade, integridade de sua saúde, e, sobretudo, pela situação econômica dos entrevistados, que consideram a aposentadoria muito mais sobre o prisma do benefício financeiro do que como etapa de vida, negando assim a relação entre a sua aposentadoria e velhice.

Ressalta-se que por pensarem em continuar trabalhando depois de se aposentar, os entrevistados estão se preparando para a substituição da sua atividade atual por outro tipo de trabalho, e não por um afastamento dele, tal como a ideia de aposentadoria geralmente remete. Isso nos faz pensar que essa tendência em procrastinar a aposentadoria, pode significar também o desejo de adiar a sua própria velhice e finitude, já que ambas as concepções estão ideologicamente unidas. Finitude não apenas da existência, também do reconhecimento social e produtivo e da continuidade de projetos e planos de vida que até então eram subsidiados pelo trabalho. O presente estudo revelou a necessidade de haver programas que possibilitem que esses profissionais e os trabalhadores tenham espaço para pensar e se preparar para esse momento de suas vidas, permitindo que a aposentadoria possa ser pensada para além de um momento de término, desengajamento do trabalho e inutilidade, mas como um momento de continuidade de atividades, de recomeço de outras, ou ainda, como uma oportunidade de ressignificação da vida sem o trabalho formal que possuíam.

Esse estudo aponta que a temática do envelhecimento populacional no Brasil e, especialmente a relação do sujeito que envelhece com o trabalho, se configura como um amplo campo de pesquisa que ainda deve ser melhor compreendido pelas diferentes Ciências, inclusive as de abrangência social e econômica, visto que as pessoas vem vivendo um tempo cada vez maior nessa situação.

Sobre o artigo

Recebido: 23/08/2011

Aceito: 22/10/2011

Referências bibliográficas

AMARILHO, C.B.; CARLOS, S. A. O Executivo-empendedor, sua aposentadoria e o processo de Afastamento do Trabalho. **Textos sobre Envelhecimento (UERJ)**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 61-88, dez. 2005.

Disponível em:

<http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282005000100005&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 10 jun. 2008.

BALTES, M.M.B.; SILVERBERG, S.A dinâmica dependência-autonomia no curso de vida In: NERI, A.L. (Org.). **Psicologia do envelhecimento**. Campinas: Papirus, 1995, p.73-110.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, A. V. B.; ZANELLI, J. C. Inserção Profissional do Psicólogo em Organizações e no Trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B.(Org.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 24-59.

BATTINI, E.; MACIEL, E.M.; FINATO, M.S.S. Identificação de variáveis que afetam o envelhecimento: análise comportamental de um caso clínico. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 23, n. 4, 455-462, dez. 2006.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2006000400013&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 26 jul.2009.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jul, 1991.

Disponível em:

<<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm>>.

Acesso em: 03 mar. 2009.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre a política nacional do idoso cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 out. 2003, p. 1.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>.

Acesso em: 03 mar. 2009.

CARDOSO, V. S. Envelhecimento e diferenças de gênero: postura de casais idosos frente ao processo de envelhecimento. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2006, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2006.

Disponível em:

<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/V/Vanessa_Silva_Cardoso_45.pdf>.

Acesso em: 07 nov. 2009.

COUTRIM, R. M. E. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. **Soc. Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 367-390, ago. 2006.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-9922006000200004&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 08 nov. 2009.

FERREIRA, C. R. **Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período de 1981 a 2001**.2003, 135f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)–Escola Superior de Agricultura: “Luiz Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FONTES, A. P. **O enfrentamento do estresse no trabalho na idade adulta**. 2006, 132 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FREIRE, S.A. Envelhecimento bem-sucedido e bem-estar psicológico. In: FREIRE, S.A.; NERI, A.L. (Org.). **E Por Falar Em Boa Velhice**. São Paulo: Papirus, 2000, p. 21-31.

GIATTI, L.; BARRETO, S. M. Saúde, trabalho e envelhecimento no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3,p.759-771, jun. 2003.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300008&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 30 nov. 2009.

GRAEFF, L. Representações sociais da aposentadoria. **Textos sobre Envelhecimento** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 19-34, dez. 2002.

Disponível em:

<http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000100003&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 10 jun. 2008.

HECKHAUSEN, J.; SCHULZ, R. Uma teoria do controle no curso de vida. In: Neri, A.L. (Org.). **Psicologia do envelhecimento**. Campinas: Papirus, 1995, p. 159-194.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cresce a presença da população com 50 anos ou mais no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272&id_pagina=1>.

Acesso em: 27 mar. 2009.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Disponível em:

<http://images.ig.com.br/publicador/ultimosegundo/arquivos/cdocument_s_and_settingscsouzameus_documentossintindicadoressociais2008_2.pdf>.

Acesso em: 27 nov. 2009.

LOPES, A. Dependência, Contratos Sociais e Qualidade de Vida na Velhice. In: SIMSON, O. R.M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2003. p. 129 – 140.

MAGNABOSCO-MARTINS, C.R.; CAMARGO, B.V.; BIASUS, F. Representações Sociais do Idoso e da Velhice de diferentes faixas etárias. **Universitas Psychologica**, Bogotá, v. 8, n. 3, p. 831-847, set- dez, 2009.

MASCARO, S.A. **O que é velhice**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MENDES, M. R; GUSMÃO J.L.M.; FARO, A. C. M.; LEITE, R.C.B. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta paul. Enferm**, São Paulo, v. 18, n. 4, p.422-426, 2005.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002005000400011&lng=&nrm=iso>.

Acesso em: 06 jun. 2008.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Anuário estatístico da Previdência Social**. Brasília, DF, 2007, p. 866.

Disponível em:

<<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>.

Acesso em: 20 set. 2009.

MORI, M. M. **Aposentadoria e trabalho: investigações sobre a (re)inserção do idoso no mercado de trabalho**. 2006, 110f. Dissertação (Mestre em Gerontologia)–Programas de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006.

NASCIMENTO, A, J, R.; RABELO, F.C. Memória e envelhecimento: Narrativas sobre questões de gênero e do mundo do trabalho. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 333-342, 2008.

Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=70311249021>>.

Acesso em: 02 nov. 2009.

NERI, A, L.(Org.). **Qualidade de Vida e Idade Madura**. Campinas: Papirus, 1993.

_____. (Org.). **Psicologia do envelhecimento**. Tópicos selecionados numa perspectiva de curso de vida. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. Envelhecer bem no trabalho: possibilidades individuais, organizacionais e sociais. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 7 - 27, 2002.

_____. Contribuições da psicologia ao estudo e à intervenção no campo da velhice. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v.1, n.1, p. 69-80, 2004.

Disponível em:

<<http://www.upf.tche.br/seer/index.php/rbceh/article/view/46/55>>.

Acesso em: 23 nov. 2009.

NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999.

PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PERES, M.A.C. **Velhice, trabalho e cidadania: as políticas da terceira idade e resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social**. 2007, 372f. Tese (Doutorado em Educação)–Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da FE-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

REY, F. L. G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SANTOS, M. F. S. **Identidade e Aposentadoria**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1990.

SILVA, E. R.; SCHWARZER, H. **Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 934).

Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0934.pdf>.

Acesso em: 18 out. 2009.

STUCCHI, D. O curso da vida no contexto da lógica empresarial: juventude, maturidade e produtividade na definição da pré-aposentadoria. In: BARROS, M. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 35-46.

VELOZ, M. C. T.; NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Representações sociais do envelhecimento. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 479-50, 1999.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000200015&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 08 jun. 2008.